



## GEPAD EM QUARENTENA – NÚMERO 21

### **Agricultura Familiar, FETRAF-RS e Abastecimento Alimentar: Os desafios em tempo de Covid-19**

Alcemir Antonio Bagnara  
Zenicléia Angelita Deggerone

Os agricultores familiares já trabalhavam e conviviam com uma certa distância dos centros urbanos e, por conta da disposição geográfica das propriedades rurais, hoje são menos afetados pelas medidas restritivas de isolamento social implementadas para combater à Covid-19. Contudo, ninguém imaginava que esse afastamento repentino e não programado chegaria tão incisivo também no meio rural - apesar dos canais de comunicação noticiarem desde dezembro do ano passado a incidência dessa enfermidade.

Mesmo entendendo que as medidas são necessárias, ao ficarem em casa para atender as determinações governamentais, os agricultores acabaram enfrentando outros problemas relativos ao escoamento da produção agroalimentar, em especial, frutas, verduras e produtos agroindustrializados, provenientes das agroindústrias familiares, que eram comercializados nas feiras de produtores e destinados para a alimentação escolar - em muitos municípios do Rio Grande do Sul, como, por exemplo, o município

de Erechim, a paralisação das aulas também ocasionou a interrupção de fornecimento da alimentação escolar e o funcionamento reduzido das tradicionais feiras dos produtores.

Esse cenário tem demandado ações e reações de diversas organizações sociais do campo e da agricultura familiar. Dessa forma, ao acompanhar mais de perto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), ela tem se posicionado pela manutenção das medidas de isolamento social e por assegurar a continuidade do fornecimento dos alimentos, pois aponta que a interrupção do comércio destes alimentos, que eram consumidos diariamente pelas famílias e estudantes, não gera apenas um problema econômico para os agricultores, mas também poderá gerar **um problema social e de saúde pública a longo prazo**. A FETRAF-RS também tem atuado para tentar reverter políticas que foram extintas ou restringidas, a partir da ruptura democrática, ocasionada em 2016, e, posterior, sob a égide do Governo Bolsonaro.

Historicamente, a FETRAF-RS atuou e se consolidou num contexto de forte inserção do Estado brasileiro na economia e na criação e implementação de políticas públicas. Como fruto dessas políticas, entre 2001 e 2016, foram criadas outras estruturas no meio rural como agroindústrias familiares, cooperativas de produção, de consumo e de crédito, que consolidaram a agricultura familiar como grande produtora de alimentos e como identidade social/institucional reconhecida internacionalmente pelos seus avanços. Com a ruptura democrática em 2016, o Estado, sob comando de uma nova coalizão política, rompeu com a lógica estabelecida pelos governos anteriores, afastando-se dos movimentos sociais, acabando com espaços institucionais de participação destes, bem como extinguindo ministérios e políticas públicas que há décadas vinham sendo implementadas. **Esse impacto provocou um retrocesso das políticas públicas para agricultura familiar, especialmente naquelas de produção de alimentos e alternativas ao pacote tecnológico, privilegiando aquelas de incentivo a produção de commodities. Com isso acabou comprometendo a política de segurança alimentar e nutricional da população brasileira.**

Com o surgimento da Covid-19 e seus efeitos para saúde, alimentação e economia, e numa conjuntura de estiagem no RS, a FETRAF-RS se posiciona favorável as medidas adotadas pela OMS, priorizando a vida em primeiro lugar. Na sequência, coloca-se ao lado da classe trabalhadora e entende que agricultura familiar tem, mais do que nunca, a missão de produzir alimentos para abastecer o consumo demandado pela sociedade urbana. **Nesse sentido, é responsabilidade do Estado garantir essas**

**condições de produção.** Preocupada com as consequências do Covid-19 e Estiagem, a FETRAF-RS reaproximou-se de outras entidades da agricultura familiar, como cooperativas de produção e crédito, e apresentaram um conjunto de medidas para os governos estadual e federal. Dentre os principais pontos reivindicados, estão a retomada de um plano safra específico para Agricultura Familiar. Ou seja, propõe que o Plano Safra seja desmembrado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e tenha políticas específicas para agricultura familiar, tanto de produção como de comercialização, e para isso seria necessário a destinação de um volume de recursos específicos para políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Pronaf Alimentos. **Em um momento de crise, essas são medidas mínimas que o Estado poderia oferecer para a agricultura familiar continuar a sua missão e garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional do Brasil.**

Diante da inquietação e da insegurança vividas no Brasil, tanto no que se refere aos efeitos da pandemia, quanto a um período de uma recessão econômica, aumento da pobreza, da miséria e a garantia do abastecimento através da oferta de alimentos, **o investimento na agricultura familiar brasileira poderá significar um processo de retomada econômica, bem como evitar o aumento abusivo de preços dos gêneros alimentícios, a importação de alimentos, ou problemas sociais como mortes por fome da população mais pobre. A sociedade e a agricultura familiar podem fazer a sua parte, mas a responsabilidade maior é do governo brasileiro.**

A garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional depende em muito das medidas adotadas pelo governo brasileiro de agora em diante. **O fortalecimento da agricultura familiar é uma das formas mais econômicas e eficazes para enfrentar os problemas que se avizinham,** pois os investimentos na produção de alimentos aliados a mercados estratégicos como o PNAE, PAA e o apoio institucional para a produção e participação em cadeias curtas (feiras, vendas à domicilio e pela internet, dentre outras formas de comercialização), **possibilitam aos agricultores a sua permanência na atividade rural e contribuem com a economia local, além de ser uma das formas de viabilizar uma alimentação adequada e saudável para todos.**